



CONSELHO GERAL

Reunião de 3/10/2017

SÍNTESE DOS ASSUNTOS ABORDADOS E DELIBERAÇÕES

PONTO 1 – APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À REUNIÃO DE 20 DE JULHO DE 2017.

A ata foi **aprovada** com as alterações propostas pelo Conselheiro José Cardona, relativamente às suas intervenções e com a abstenção dos Conselheiros que não estiveram presentes nessa reunião

PONTO 2 – APRECIACÃO DAS CONDIÇÕES DA ESCOLA BÁSICA DO CALVÁRIO.¹

A partir de uma visita guiada a cargo pela coordenadora do estabelecimento, os Conselheiros tomaram nota das condições deste estabelecimento com **destaque para alguns constrangimentos e necessidades**, nomeadamente da **necessidade de obras no edifício e de melhoria das condições das salas**.

PONTO 3 - ANÁLISE E APROVAÇÃO DA CARTA DE MISSÃO DO DIRETOR.

Foi aprovado por unanimidade o documento apresentado.

PONTO 4 – APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DO PLANO ANUAL DE ATIVIDADES RELATIVO AO ANO LETIVO 2016/2017.

Foi aprovado por unanimidade o documento apresentado, tendo-se aduzido algumas sugestões no sentido de dotar o documento, nos próximos anos, de unicidade e maior legibilidade.

PONTO 5 – APROVAÇÃO DAS ALTERAÇÕES AO HORÁRIO DO PRIMEIRO CICLO.

Foi aprovada por unanimidade a alteração proposta depois de devidamente explicada a sua razão e a sua dinâmica.

¹ A REUNIÃO DECORREU EXCECIONALMENTE NA ESCOLA BÁSICA DO CALVÁRIO.



PONTO 6 - OUTROS ASSUNTOS.

O **Conselheiro José Sérgio Pereira, representante da Câmara Municipal de Viana do Castelo**, deu conta de que em nome do município, nomeadamente da vereadora da Educação Dr. Maria José Guerreiro, gostaria de deixar expresso um voto de louvor à diretora cessante, a professora Cecília Araújo, pelo longo percurso e dedicação a este agrupamento, sublinhando o seu espírito de sacrifício num cargo muito exigente e difícil. Este voto foi subscrito por dois Conselheiros.

O **Conselheiro Jorge Braga Baptista** apresentou um conjunto de preocupações dos encarregados de educação relativamente à escola sede. Deu conta da insatisfação com as condições da cantina, da necessidade de obras na Escola, em especial num propósito preventivo, evitando que a deterioração já sentida atinja níveis que serão depois mais difíceis de resolver e financeiramente mais expressivos, e ainda de alguns problemas pontuais que, apesar de já devidamente identificados e comunicados, continuam meses depois sem uma resolução, como é o caso da ausência de tampos nas sanitas e de portas com fechadura funcional nas casas de banho e de estores partidos na cantina. Lamentou ainda que as salas não tenham sinalética e planos de evacuação devidamente afixados, pedindo que os mesmos prevejam que a sua necessidade será em situações de ausência de eletricidade e que, portanto, devem ser luminosos.

Referiu ainda que tem recebido por parte dos encarregados de educação algumas queixas relativas ao número de funcionários, que segundo esses encarregados são, em alguns momentos, insuficientes. Terminou dizendo que alguns encarregados de educação têm a perceção de que este Agrupamento não tem tido por parte da autarquia a devida atenção comparativamente a outros agrupamentos.

O Conselheiro José Sérgio Pereira, enquanto representante da autarquia, deu conta do material que é entregue às funcionárias relativamente aos procedimentos de higiene, afirmando que, nesse âmbito, tudo quanto é pedido é fornecido. O Conselheiro Isaías Alves, enquanto representante da autarquia, referiu que dará conta à hierarquia da insatisfação aqui manifestada, procurará ver em que situação estão os diferentes pedidos de reparação aqui apresentados, pedindo alguma reflexão sobre os problemas que o facto das escolas estarem sistematicamente sobrelotadas criam à entidade que superiormente as gere, pois esta proporciona meios e espaços para um determinado número de alunos numa planificação a longo prazo, sendo que depois esta realidade implica outras necessidades. Referiu ainda que o rácio superiormente definido por lei no que concerne aos assistentes operacionais não só não é escrupulosamente cumprido como ainda é ultrapassado, havendo uma margem de cinco ou seis funcionários a mais



para suprir eventuais situações de baixa médica, acrescentando que a responsabilidade pela gestão desses funcionários cabe à direção. Se o número de funcionários, mesmo assim é insuficiente, nomeadamente no apoio aos alunos com múltiplas necessidades, cabe à tutela ministerial definir outros valores para que a autarquia possa contratar.

Por fim, referiu que as questões ligadas à sinalética e planos de evacuação são da responsabilidade da direção. Nesse sentido, o Diretor do Agrupamento, professor José Carlos Lima, referiu que já estão a serem desenvolvidas diligências no sentido de resolver esse problema por parte da direção e do Delegado de Segurança, professor José Belo.

Viana do Castelo, 3 de outubro de 2017.

O Presidente

José Carlos Sendim

O Secretário

Luís António Ferraz